

Improvisação e amadorismo

Rogério L. Furquim Werneck*

Em meio às críticas à desastrada elevação de alíquotas de IOF, merecem destaque as acusações de que, desta vez, a equipe econômica do governo teria dado razões de sobra para ser acusada de improvisação e amadorismo. Na verdade, o episódio está longe de ter sido um caso isolado. Decisões improvisadas e amadorísticas vêm marcando a atuação da equipe desde o início do atual governo.

Tendo sido eleito no final de outubro de 2022, Lula só começou a definir sua equipe econômica 40 dias depois, em 9 de dezembro, quando já estavam avançadas suas negociações com o Congresso para conseguir que os gastos do novo governo fossem expandidos muito além do que permitiam as restrições fiscais então em vigor.

Em contraste com o que tinham anunciado, de início, todos os presidentes, desde 1999, Lula da Silva decidiu abandonar por completo a ideia de conduzir uma política fiscal pautada pela manutenção do endividamento público sob controle. A nova equipe recebeu um prato feito. E a missão impossível de tentar conferir alguma seriedade a esse abandono escancarado do compromisso com a responsabilidade fiscal.

No final de março de 2023, foi afinal dado a público o esboço do melhor que a equipe econômica conseguira fazer. O arcabouço fiscal, com seu desconjuntado apanhado de regras desconexas e metas pírias de déficit primário quase zero, não deixava dúvidas sobre as proporções da improvisação e do amadorismo de que a nova equipe econômica seria capaz. A proposta só poderia ter saído da cabeça de quem não era do ramo e não tinha a menor noção do que deveria ser um aparato eficaz de balizamento da política fiscal no País.

Um retrocesso desastroso. Vinte anos antes, na transição de 2002-2003, o bom senso de Antonio Palocci, Pedro Malan e Arminio Fraga, tinha permitido que a inexperiente equipe econômica do primeiro governo Lula tirasse bom proveito do rico acervo de conhecimento acumulado sobre gestão fiscal no País. Por que nada parecido ocorreu na transição de 2022-2023?

É verdade que, ao final de 2022, as relações estressadas do presidente eleito com Jair Bolsonaro já não permitiam interação proveitosa entre o governo que saía e o que entrava. Mas, a esta altura, o grande acervo de conhecimento sobre gestão fiscal então disponível havia sido acumulado pela equipe econômica do governo Temer, que, liderada por Eduardo Guardia, tivera o cuidado de deixar como legado ao País, ao final de 2018, um longo e detalhado documento sobre o tema.

O que impediu a equipe de Lula de fazer bom uso do acervo acumulado, em 2023, foi o negacionismo sobre o desastre do governo Dilma em que continuava mergulhado o PT. A palavra de ordem era reverter toda e qualquer medida que tivesse sido tomada pelo “governo golpista” de Michel Temer. E, no afã de se livrar do teto de gastos a qualquer custo, com a PEC da Transição, a equipe cometeu erros crassos, perfeitamente evitáveis, que tornaram a condução da política fiscal do governo muito mais difícil do que poderia ter sido.

Entre os dispositivos que davam sustentação ao teto de gastos, estava a suspensão temporária da exigência constitucional de que gastos com saúde e educação correspondessem a percentuais mínimos da receita. Havia espaço de sobra para negociar com o Congresso pelo menos uma restauração paulatina dos percentuais mínimos anteriormente vigentes, ao longo de vários anos.

Tendo preferido que os mínimos constitucionais fossem restaurados de sopetão, a equipe econômica só notou quão amadorística havia sido tal decisão meses depois, quando já não tinha mais como voltar atrás.

O que hoje se vê é o rápido e desastroso desfecho dessa comédia de erros. Não tendo conseguido respeitar nem mesmo as restrições permissivas do disparatado arcabouço fiscal vigente há menos de dois anos, a equipe alegou, agora, que a receita que adviria da indefensável elevação de alíquotas de IOF tornara-se “imprescindível” para evitar o paralisação do governo. A isso chegamos. E ainda falta.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.